



CURRÍCULO DA INCLUSÃO: PRÁTICA RESTAURATIVA NA ESCOLA

Betina Schuler – UCS/UFRGS¹
Sônia Regina da Luz Matos – UFRGS/UCS²

Resumo: Partimos da problematização da proposta curricular da inclusão como discurso majoritário na contemporaneidade. A partir disso, demarcamos nesta pesquisa o discurso curricular inclusivo em sua filiação com o campo jurídico em práticas escolares, esburacando tal problematização na análise da Justiça Restaurativa operada na escola por meio do círculo restaurativo, no governo dos riscos. Para isso, furungamos genealogicamente os efeitos de subjetivação nestas práticas restaurativas escolares de segurança e paz, localizando o rastelo escolar que produz a identidade do incluído ofensor, agora capturado dentro e fora dos muros da escola em práticas disciplinares e de controle. Tal investigação é atravessada pela filosofia da diferença e a literatura de Kafka. Desse modo, apresentamos esta análise inspirada nas galerias da Toca kafkiana, experimentando outros modos de existência para o espaço curricular que não sejam parte do binarismo identitário, do juízo moralizante e da prática pedagógica confessional. Para tanto, investimos em uma ética do escape, como parada do fluxo pedagógico homogeneizador da inclusão.

Palavras-chave: currículo escolar, inclusão, discurso jurídico, diferença.

Galeria I: A questão da Toca

O animal dizia de dentro de sua Toca:

Há muito tempo que não me atrevo a fazer este pequeno movimento e, se não tivesse de enfrentar outra vez o labirinto de entrada, de certeza que hoje desistia e voltava para trás. Que idéia é a tua? Tens uma casa protegida, isolada. Vives em paz, quente, bem alimentado, senhor, senhor absoluto de uma multiplicidade de galerias e praças, e estás disposto, não a sacrificar, esperemos, mas praticamente a abandonar tudo isto; é certo que estás confiante de que podes recuperar tudo, mas vais meter-te num jogo de alto risco, de altíssimo risco? Tens motivos sólidos para isso? Não, não pode haver motivos sólidos para uma coisa destas. Mas mesmo assim levanto o alçapão com cuidado e saio, deixo-o cair com cuidado e corro, corro o mais que posso, para longe desse lugar traiçoeiro (KAFKA, 2009, p.21).

E de repente uma toca. Uma toca que construímos para proteção e segurança e quando vemos, somos por ela engolidos. Por isso a importância da sábia recomendação de Kafka: deixar brechas de respiro, escapes, pois o território sempre é traiçoeiro!

Daí uma escrita aventureira, herege, que se contorce na conversação com a escola e seus contemporâneos discursos de inclusão, tal como uma toca que busca proteger dos

¹ (Universidade de Caxias do Sul/PPGEDU e UFRGS/CAPES)

² (PPGEDU/UFRGS, École Doctoral Lyon 2 e UCS)

perigos, mesmo que em potencial. Busca permanente por segurança, identificação dos perigos, pois está em todo o lugar, escorrendo por todos os lados: a escola e a indisciplina, a escola e o conflito, a escola e a violência. A escola na atualidade é parte do dispositivo de segurança³, pois sabemos que o currículo escolar⁴ é direcionado desde muito para a psicologia e parece estar sendo, também, invadido pelo discurso jurídico. Assim, localizamos discursos desta ordem no currículo escolar de algumas escolas públicas de Porto Alegre, dentre eles, o da Justiça Restaurativa⁵ (SCHULER, 2009).

A partir disso, poderemos pensar a inclusão como um dispositivo de segurança nessa maquinaria jurídico-escolar funcionando fortemente por meio de diferentes instrumentos na problematização desse corpo a ser restaurado, como devendo ser pensado. Trata-se de tomar esse dispositivo atravessando as práticas de si. São práticas culturais produzindo determinados modos de subjetivação. Trata-se da função saber-poder, em que o indivíduo é tomado como objeto de conhecimento e é produzido nesse processo, no qual se reconhece como sujeito em relação a si mesmo (SCHULER, 2009).

O que está em questão? Um tipo de experiência de si⁶. Uma experiência do tipo que

³ Para Foucault (2003, p. 244), o dispositivo “[...] engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. O autor vai além, destacando que nesta rede heterogênea de elementos, cada mexida, cada efeito estabelece uma relação de ressonância ou contradição com os outros, o que irá promover uma outra articulação dos mesmos. Assim, quando afirma que o dispositivo tem uma natureza estratégica remete para “[...] uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Ibidem., p. 246).

⁴ Currículo tomado aqui como este artefato escolar que tem uma relação de imanência com a modernidade, o qual realiza fortemente o nexo entre saber e poder na produção desse sujeito moderno. Espaço no qual há todo um disciplinamento dos corpos e saberes, no controle do tempo, do espaço e dos movimentos. Não se trata de um repertório morto de informações a ser transmitido, mas de produção de efeitos de verdade que nos ensinam o que temos por realidade, pelos outros, por nós mesmos. São práticas discursivas e não-discursivas na produção de determinados modos de subjetivação.

⁵ A Justiça Restaurativa (JR) coloca-se como um modo alternativo à justiça retributiva, funcionando por meio da reunião de todos os envolvidos em um ato que causou ofensa, sendo os indivíduos divididos em vítimas e ofensores para decidir coletivamente como lidar com as consequências desse ato, buscando curar a vítima e restaurar o ofensor (BRANCHER, s/d, p. 21). O Projeto *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas* inicia em Porto Alegre/RS em 2005 e em algumas escolas em 2007, com o objetivo de pacificar violências, envolvendo crianças e adolescentes por meio de práticas da JR. Este projeto é articulado pelo Poder Judiciário, buscando difundir tais práticas nos espaços judiciais e também em espaços não-judiciais, tais como nas escolas, para lidar com infrações às leis (casos tratados em uma Central de Práticas Restaurativas pelo Poder Judiciário) e às normas (casos que são gerenciados pelas escolas, por meio de Círculos Restaurativos - CR - realizados no interior das mesmas).

⁶ Nas teorizações foucaultianas experiência de si remete para os modos de relação de cada um consigo mesmo. Experiências essas que são propostas, impostas e trabalhadas em nossas práticas sociais mais cotidianas. Trata-se de modos de existência, de subjetivação; de determinadas relações que aprendemos a exercer conosco mesmo; processo em que a subjetividade é fabricada em relações de poder, saber, assumindo determinados modos de

deposita no interior da identidade aluno, criança, adolescente as regras da moral escolar composta pelo discurso jurídico restaurador. A escola segue, pois, em sua missão civilizatória, na resolução dos problemas de socialização dos aprendizes a humanos. As formas e as tecnologias para restaurar a identidade escolar padrão fica ao encargo da adultez com seu papel da maturidade e sanidade, dividindo de modo binário os alunos que cabem e os que não cabem na civilidade social e que, portanto, necessitam ser restaurados. Assim, temos um currículo da inclusão funcionando como um dispositivo de segurança na correção dos riscos às normas e potenciais riscos às leis no futuro.

Diante da metodologia da Comunicação Não-Violenta⁷ utilizada pela Justiça Restaurativa em algumas das escolas de Porto Alegre, coloca-se em funcionamento um currículo da inclusão na constituição dos Círculos Restaurativos⁸. Esses espaços dividem alunos envolvidos em conflitos em vítimas e ofensores, atravessados por uma lógica pastoral e do que Foucault denominou de governamentalidade⁹, a qual atravessa as práticas disciplinares¹⁰, de controle¹¹ e as práticas de si mesmo. Assim, temos uma lidação que recorre

reconhecer a si próprio.

⁷ A metodologia da Comunicação Não-Violenta (CNV) entende que os atos de violência são expressões de necessidades humanas não-atendidas. Assim, elaborou-se uma listagem de necessidades básicas, universais, as quais necessitam ser levantadas nos momentos do Círculo Restaurativo, a fim de retomar essa condição de falta no indivíduo ofensor, objetivando a auto-responsabilização do mesmo. Seriam elas: honestidade, respeito, apoio, confiança, harmonia, ordem, paz, graça, entre outras (BARTER, 2008, p. 106).

⁸ O Círculo Restaurativo reúne as pessoas envolvidas no conflito: vítima e ofensor, bem como suas comunidades de apoio, sob a organização de um coordenador. É realizado por meio de um roteiro pré-determinado, a partir de perguntas empáticas, de uma fala regulada, a fim de se restaurar as relações, resolvendo o conflito por meio do diálogo. Assim, a verdade da vítima deverá ser ratificada, em que se busca chegar a um acordo em conjunto, envolvendo anteriormente um Pré-Círculo, no qual se fixam os papéis dos indivíduos (vítima ou ofensor). Posteriormente, há o Pós-Círculo para verificação do acordo, o qual deverá ter por base as necessidades não-atendidas dos participantes, com o objetivo de reparar as conseqüências da ofensa praticada e para que o fato não se repita, bem como a auto-responsabilização do ofensor (BRANCHER, s/d, p. 50).

⁹ Termo trazido por Foucault (2008) como o campo estratégico das relações de poder, no qual se dão a condução das condutas. Pode ser pensada como um modo de racionalidade governamental imanente aos micro-poderes, tendo na população seu principal objetivo, fazendo os recortes entre o que cabe ou não ao Estado, separando o público do privado, o que hoje se borra na tecnologia do Círculo Restaurativo. O conceito de governamentalidade diz respeito ao controle da população, focado nos mecanismos de segurança. Somos levados a nos reconhecermos como parte de uma nação, de um Estado, sob suas normas e leis. Uma racionalidade que põe em funcionamento variadas técnicas e saberes científicos para verificação e melhora das condutas, da riqueza, da saúde, da educação, da pacificação. A governamentalidade cruza as técnicas disciplinares, o exercício do biopoder na gestão da população e as condutas de si mesmo, como práticas de governo. Assim, Foucault (2008) tratou da governamentalidade relacionando segurança, população e governo, em que se busca certa condução das condutas dos indivíduos.

¹⁰ Foucault (2002) refere-se ao poder disciplinar trazendo que a sociedade moderna terá se tornado essencialmente disciplinar, em que o corpo torna-se objeto e alvo do poder. Nesse contexto, variadas estratégias são utilizadas no sentido de tornar o *poder invisível*, permitindo o domínio minucioso das operações do corpo, através de relações microfísicas. Foucault refere-se que, são justamente “esses métodos que permitem o controle minucioso do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são que podemos chamar as ‘disciplinas’” (Ibidem., p. 118), as quais funcionam no sentido de se apropriar das forças, multiplicá-las, ordená-las, separá-las, diferenciá-las. E neste micro-detalhamento do corpo,

à consciência moralizadora que supostamente nos habita, que nos engole, nos aprisiona dentro de nós mesmos (SCHULER, 2009). A maquinaria da Justiça Restaurativa é do tipo metafísica que, como no conto da Colônia Penal de Kafka (1993), usa a máquina com o rastelo para escrever o veredito no corpo do réu: incluído, restaurado. Um animal furungador como o da Toca de Kafka (2009), que esburaqueia a si mesmo como uma prática de governo de si. Vai-se da punição à auto-responsabilização.

Nas práticas do currículo da inclusão, esses corpos governamentalizados assumem-se como réu e carrasco de si mesmo, nesse gerenciamento dos desentendimentos cotidianos. Um modo do poder se exercer ligando os comportamentos de cada um com formas políticas do governo da conduta, por meio do qual o indivíduo vai se fazendo nas próprias regras desse discurso de verdade que lhe faz prestar contas de si mesmo, em que a consciência se faz jurídica. O indivíduo torna-se conhecível para si e para os demais, sendo a sua verdade constituída e presa a uma lógica documental. E isso é tornado possível por meio de técnicas que transformam e fixam a experiência que temos conosco mesmos, ligadas a códigos de norma, formas de saber e modos de subjetivação, levando-nos a nos reconhecer como um determinado tipo de sujeito (FOUCAULT, 1994).

Sonho racionalista, romântico e cristão do animal furungador da Toca de Kafka (2009). Ele esburaqueia em busca do mundo seguro, no qual todos os perigos são afastados, seja excluindo-os, seja trazendo para perto do currículo para manter sob vigilância, seja controlando à distância. O dispositivo de segurança restaurador do currículo é certeza em troca de servidão, nem que seja servidão de si mesmo, desse modelo de humanidade que teima em nos habitar. Uma segurança conquistada por processos burocráticos, administrativamente calculados pela Toca: Toca-círculo restaurativo, Toca-espetáculo, Toca-pedagógica, Toca-curricular, Toca-formação de professores. São máquinas burocráticas do funcionamento civilizatório do humano feitas sob medida. Sob a medida desse humano inventado e naturalizado, tornado universal pela ciência, pela lei, pela moral e a escola como tendo a função de realizá-lo.

operam instrumentos disciplinares, tais como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

¹¹ Para Deleuze (2008) nas sociedades denominadas de controle, todos vigiam a todos, na qual se controla o controle, com no espaço do Pós-círculo do CR em que se realiza a verificação do acordo e se refaz tantas vezes quanto se julgar necessário. Um panóptico generalizado, primando por sistemas que permitam uma visibilidade permanente. Um tribunal espalhado, sendo que qualquer um pode acioná-lo, participar, julgar, sugerir acordos, enfim, disparar a maquinaria. Trata-se de um controle ininterrupto, contínuo, nos quais nos tornamos dados, informações disponíveis.

A toca kafkiana traz esse animal paranóico, que constrói para si uma toca em busca de proteção e, ao mesmo tempo, consome-se nela. O animal coloca o problema de sair, de entrar e depois de conviver com esse outro que angustia e traz a incerteza provocada pelas invasões dos supostos perigos que cercam e colocam em cheque a estabilidade. Vidas escolares que passam uma vida na construção de uma maquinaria curricular que, enfim, manteria todos os perigos afastados e traria paz e segurança. E nessa obsessão de final feliz, transcendente, esquece-se da vida como imanência.

Galeria II: Furungando a inclusão

E também neste caso, como sempre, com inteira justiça, pois quem, mesmo estando de passagem, não alteraria os seus planos de viagem e de futuro ao ver a toca? Mas talvez o animal esteja a escavar sua própria toca, e nesse caso nem sequer posso sonhar com a possibilidade de entendimento. Mesmo que se tratasse de um animal tão especial que a sua toca tolerasse vizinhança, a minha não toleraria, pelo menos não toleraria uma vizinhança audível. [...] o factor decisivo será se o animal sabe de mim, e o que sabe (KAFKA, 2009, p. 68-69).

E não é verdade que normalmente é a existência de um faro perfeito a condição de existência do perigo normal? (Ibidem., p. 25).

E eu retomo o longo caminho que me leva de volta à praça-forte, tudo a minha volta me parece em polvorosa, parece observar-me, depois parece desviar o olhar para não me incomodar, mas de pronto volto a concentrar-se em mim para tentar ler-me no rosto as decisões salvadoras (Ibidem., p. 66-67).

A Toca-escola, currículos, escaninhos, didáticas, rotinas, isto é, relações de forças e tecnologias de subjetivação que escorrem pelas paredes úmidas e cheias da espacialidade inclusiva do dentro e do fora. No mundo da inclusão a identidade, a segurança democrática, a normalidade grotesca, a lei e a justiça transcendente. A identidade é convocada a abrir os manuais do humano civilizatório para controlar. E o controle da inclusão tem forma e contorno, tem corpo que lida com as situações-limite.

No mundo do fora, nesse mundo binário da espacialidade da inclusão, vive a diferença relativa; essa diferença identitária, que faz uso da classificação, da comparação e da medição para relacionar-se com a vida. Uma diferença parida, grudada em sua relação uterina com a identidade, embora encontremos dissimuladores dentro da Toca. A diferença aí aparece como o outro da identidade, é a negatividade do mesmo (DELEUZE, 2006). Uma espacialidade que, ao mesmo tempo que confirma essa identidade do dentro, nomeia o outro como tendo a

necessidade do ser resgatado, pelo salvacionismo pedagógico da inclusão.

A escola em sua filiação com a moral cristã, não se cansa da obediência incondicional, da confissão da verdade, do apelo à renúncia de si mesmo em nome de valores superiores, que levariam a salvação em um outro mundo que não é este (FOUCAULT, 2008). Trata-se da condução das condutas nessa comunidade que afirma a crença em uma verdade originária, em uma realidade pré-existente, em um sujeito da consciência pela inclusão. O que sai dessa Toca-escola? O mesmo que sai dos discursos pastorais e bíblicos: anjos e demônios, mas agora com nomes atualizados. Estamos falando de uma questão de corpo: do corpo escolar, da massa escolar marcada pela constante necessidade de inspeção, como se sempre houvesse um perigo a rondar. Um perigo que, muitas vezes, está no interior de si mesmo, em sua identidade desviante, corrompida, estragada, que merece ser restaurada pela inclusão.

Governo das almas, governo político pela inclusão. Funciona como dispositivo de segurança para trazer os indivíduos para perto, descobrir quem são, como vivem, o que querem para, então, buscar modificar a experiência de si mesmo. Diversas são as técnicas de si¹² atravessadas pela inclusão que buscam produzir uma determinada consciência de si mesmo, a fim de que o indivíduo se assuma como um determinado tipo de sujeito, autenticados pelos novos especialistas do humano. Nas experiências escolares dos círculos restaurativos aparecem as arcaicas práticas de exposição e humilhação pública, as vigilâncias permanentes, nomeações binárias, sanções, premiações e castigos, exames e confissões. Somam-se a isso técnicas que agora controlam à distância, que espalham o exercício do poder e o dividem em nome da democracia e do consenso (SCHULER, 2009).

As lidações com os conflitos nas escolas com os círculos restaurativos são transformadas em casos jurídico-escolares, devidamente documentados e informatizados. E não para serem arquivados, mas inseridos nos sistemas em que os dados estão a todo o momento disponíveis e visíveis, marcando os corpos desses indivíduos também nessa tecnologia da escrita de si, tal como nos alertou Deleuze (2008) sobre as sociedades de controle. O controle está espalhado, generalizado, funcionando ininterruptamente, tal como um rastelo digitalizado. Espetáculo da inclusão.

Acabamos por acomodar que as próprias práticas e procedimentos pedagógicos implantados nos CR vão se transformando em nossa pele pedagógica. O animal de Kafka

¹² Para Foucault (1994, p. 1), as técnicas de si são aquelas que “[...] permite aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade”.

(2009, p.35) já dizia que “eu e a toca formamos de tal maneira uma unidade”. Mas, mesmo trabalhando ininterruptamente, essa maquinaria restaurativa nunca alcança uma seguridade total. O ataque à moral e à lei é sempre iminente e não há repetição que traga suficiente segurança. Precisamos nos defender. Dos outros e de nós mesmos.

Nesse furungar eterno para descobrir novos perigos, a escavação se dá como uma escavação de si mesmo, a fim de descobrir os males em si, e buscar, por meio de sua suposta liberdade e autonomia, que o indivíduo-aluno aprenda a educar a si mesmo, se auto-governar. A escola como esse animal diagnosticar do perigo, a fim de cumprir sua missão civilizatória e cidadã, funciona como uma toca que se pretende para todos, mas esse “todos” sendo apenas aqueles ditos administráveis, nomeados e descritos por ciências que assumem o bastão da verdade. Para a toca do século XXI funcionar, novos experts da alma assumem os manuais do humano, como que guardiões da toca, os quais estão sempre à espreita de novos riscos para a invenção de novos manuais, relatórios, modos de falar, metodologias, estatísticas, médias.

Os ruídos da Toca são digitalizados, analisados, calculados, ouvidos com atenção e, por fim, transformam-se em estatística do medo, para que o animal siga sempre atento para conseguir enxergar qualquer intruso, qualquer perigo. A lição que a Toca-escola nos ensina: fique sempre com as orelhas bem em pé, nunca relaxe, o perigo sempre ronda, precisamos lutar pela paz e pela segurança, nem que para isso passemos a vida cavando buracos para nós e para os outros. Nem que para isso passemos a vida cavando buracos em nós mesmo, em busca de uma verdade oculta a ser confessada e documentada. Nem que para isso passemos a vida assim: cavando.

Fixação. Fixação pela segurança da identidade padrão, pois “enquanto não se chegar a nenhuma conclusão não posso sentir-me seguro, mesmo que se trate apenas de saber para que lado rolará um grão de areia que se desprende de uma parede.” (KAFKA, 2009, p.42). Nem que a toca desmorone em nossas cabeças, não paramos de cavar até acharmos o barulho perturbador. Talvez seja somente a vida em seu tempo.

Nós, seres vivos, habitantes de tocas e florestas, nos tornamos objeto para diversas ciências, amarrados a tecnologias políticas, tecnologias de poder. Sujeitos que estudam, falam, produzem, que são incluídos e corrigidos na Toca, como segurança para determinada produção de realidade.

Temos, também, um modo genealógico de viver na Toca, temporariamente nada identitário. Esse modo de escavação genealógico é feito na superfície das galerias e praças

que foram construídas. Na superfície temos mais possibilidade de capturar os discursos e os efeitos específicos de poder e subjetivação. Com a genealogia perguntamos quais são as conexões entre estratégias de poder, modos de saber e constituição das experiências de si nestes tão dispersos discursos de inclusão.

O animal da Toca de Kafka (2009) jamais deixou de crer na noção de verdade e, talvez por isso, ao invés de aproveitar-se de sua comida, passou a vida a comprar a hipótese da invasão. Nesse meio tempo, a comida estraga. Nesse meio tempo, a vida escorre como água nas paredes das galerias. E mesmo, por vezes, fora da Toca, o animal não abre mão do controle, que potencializa-se no mundo do presente, em que todos a encarnam nesse papel de vigilância de todos.

Mas o que tanto nos assombra? Do que tanto temos medo? O perigo, talvez, conceito esse inventado, reproduzido, pintado com várias identidades, como que um fio que marca o lado de dentro e do de fora: os bárbaros e aqueles que precisam se proteger deles, os civilizados? E esse outro, pintado como estrangeiro, é extremamente útil para a lógica da mesmidade, uma vez que o indisciplinado confirma a civilidade, o adolescente nossa maturidade, o violento nossa sanidade, o estranho nossa normalidade.

A escola nesse funcionamento controlador de animal furungador kafkiano diagnostica as ameaças da socialização civilizatória. Em alerta, pergunta-se: trata-se de um barulho ameaçador? Quem faz barulho? O que podemos fazer com ele? Como torná-lo parecido conosco e fazer da sua presença não mais um risco? Como esses modos de ser são atravessados por padrões contemporâneos de segurança? Quem são esses alunos perigosos em potencial? Quem são traidores curriculares que circulam na escola? Por que aterrorizam tanto? Qual o nome deles? Como controlar a periculosidade causada pelo barulho na Toca?

A ideia de consciência jurídica que está sendo instalada no espaço curricular escolar é uma prática na qual os indivíduos marcados como perigosos são colocados em diferentes maquinarias de constante não-esquecimento, de um constante prestar contas de si mesmos. Essa prática escolar julga em nome de valores superiores, trata a identidade perigosa dentro do currículo escolar. Trata-se de tecnologias de disciplinamento e controle social na filiação do discurso jurídico e escolar, que por meio da tecnologia de verdade e governo que é o Círculo Restaurativo, modifica as experiências que os indivíduos têm de si mesmos, para que todos possam permanecer e desfrutar da segurança da Toca. Como eficiência máxima, o auto-controle.

No currículo da inclusão o círculo restaurativo coloca em funcionamento nessa toca jurídico-escolar diferentes modos do poder se exercer e diferentes técnicas de si mesmo, tal

como a exposição pública, a confissão, a auto-responsabilização, a documentação, o acordo. É neste domínio moral que estes indivíduos experimentam-se a si mesmos. O aluno é posto para narrar a si mesmo em um determinado domínio moral, tal como um momento de auto-descoberta, que se mostra como um espaço de fabricação de “eus”. Tecnologias que produzem uma relação de auto-inspeção, de prestação de contas de si mesmo neste domínio com força de verdade. Assim, reconhecem suas obrigações morais, geridos por experts da restauração, a partir de toda uma metodologia com modos de fala, manuais e relatórios. Um tribunal assumido como uma consciência de si, assumindo para si o olho vigilante, o olho do saber do expert, tendo aí a regulação das condutas. Uma busca pela obtenção e expressão da verdade de si mesmo, em que a governamentalidade se entrecruza nessas relações, em que as condutas individuais deverão coincidir com os regimes de verdade, com a moral dada, com padrões administrativos de segurança. Vidas diárias transformadas em dados para o governo da população, em estatística, em que se busca a segurança de uns, que se protegeriam de outros: da identidade ofensora.

Pede-se ao intruso que se analise e se confesse, que se abra sem reservas, que se torne um caso para si e para os demais, mas que permaneça na Toca. Ao confessar podemos dizer que a escola só confia no sistema que está sob vigilância. Este é um tipo de relação moral em formatos jurídicos e pedagógicos que se instauram nas escolas com a prática do círculo restaurativo. Práticas de tribunais generalizados, assumidos como modos de existência na Toca-escolar para inclusão. A Toca, assim, “proporciona paz a quem se lhe abrir sem reservas” (KAFKA, 2009, p.32).

E, então, pensa o animal da Toca, tudo que causa estranhamento, não deve ser bom, nem representante do bem. A certeza que se tem é que os vereditos científicos e jurídicos estão sempre do lado bom, do bem, buscando transformar a experiência de si mesmo destes perigos/barulhos/estrangeiros que rondam a normalidade. E como eficiência máxima o círculo restaurativo governa os vivos na Toca dos musgos.

Todas as ensinagens governam: desde a tabuada, os rios, os plurais até os modos que devemos governar a nós mesmos. Governam em nome de certos discursos de verdade, por meio de específicas tecnologias de extração e fixação da verdade de si mesmo. A Toca das totalidades e das universalidades prometem segurança e inclusão para o mundo dos perigos em potencial. A maquinaria jurídico-pedagógica da inclusão confirma mais uma vez essa espacialidade moderna do dentro e do fora; a espacialidade da identidade majoritária originária. Burocracia arcaica, atualizada com novas linguagens, novos nomes para falar do mesmo, para falar da mesmidade, do sujeito da alma, da consciência, da identidade. Com sua

não-discutível verdade, porque luta pela paz classificatória e seus discursos metafísicos, funciona na valoração da ordem do transcendente. Assim, aguardam o incluído ter um espaço do céu.

Pensar em outra potência de vida? Então esqueçamos temporariamente as identidades da Toca. Entremos nos espaços de uma ética de escapes como parte de um plano mais genealógico escolar, o qual sintomatologiza o espaço controlador que constatamos até agora e pergunta-se: quais são os efeitos de poder e subjetivação do funcionamento deste dispositivo de inclusão? Quais são as micro-burocracias que buscam dobrar os indivíduos/barulhentos? O que elas não ensinam a desejar? Como as resistências/ruídos e as invenções/barulhos produzem outra ética de existir, que não seja a determinada pela majoritária inclusão escolar?

Galeria III: A ética do escape

O animal na Toca:

Acabei de construir a toca e parece-me que ficou bem. É certo que, de fora, a única coisa que se vê é um grande buraco, mas um buraco que não conduz de facto a lado nenhum, dois ou três passos adiante dá-se de caras com um muro natural de rocha. Não quero gabar-me de ter tramado este arдил com premeditação, pois foi apenas o que restou de uma das muitas tentativas falhadas de construir uma casa, mas acabei por achar vantajoso deixar este buraco, e só este, destapado. [...] a prudência manda que eu tenha sempre uma possibilidade de saída imediata, e também manda que, como infelizmente acontece tantas vezes, eu arrisque a vida (KAFKA, 2009, p. 5-6).

A ética do escape conversa com a justiça inclusiva na perspectiva da imanência dos acontecimentos. Fala a partir da exterioridade e do acaso, sem valores totais. Pergunta pelas condições de possibilidade dos ruídos fora dessa arena autorizada que produz a violência como um espetáculo governável. Conseguiríamos nós sobrevivermos nos escapes pedagógicos? Conseguiríamos conviver com existências não demarcadas pela identidade? Poderíamos mudar as perguntas pedagógicas?

Podemos pensar as intervenções na escola nos momentos de conflito, na violência não como plano de defesa, de proteção da Toca, da identidade, da normalidade, que se coloca como isenta de relações de poder, que opera no achatamento da diferença, que não aceita conviver com a vizinha barulhenta, com o som fora do aceitável. Pensamos as intervenções escolares dentro dos conflitos; estes como parte das relações de forças que agitam as fronteiras entre a Toca e os estranhamentos. Não podemos desautorizar as forças do conflito. As forças da violência do conflito jurídico da inclusão não são ingênuas, porque elas são parte do jogo das fronteiras. As forças são fluxos de poderes. E perceber os perigos nesta

perspectiva de pensamento, passa o perigo a ser entendido como modos de forças de afetar e ser afetado pela violência das fronteiras. São as forças desta afetação que envolvem o cotidiano escolar. A força não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, em relação, em exercício. Ela é sempre difusa, espalhando-se por toda parte. A agitação das forças movimentam o jogo da desterritorialização da violência negativa, possibilitando que os ruídos sejam parte da tensão que atravessa as relações sociais, mesmo que, temporariamente, sejam formas de afirmar a vida, a criação.

São com estes conceitos que pensamos a escola como constante conflito, que é diferente da Toca veridiosa, que disciplina e controla o conflito. Com estes campos conceituais não podemos promover salvação, nem inclusão, nem o bem, muito menos o bom. Com esse jogo de forças podemos acionar o vitalismo pedagógico, nada ingênuo e muito menos romântico, porém vivo.

Como apita Kafka (2009, p.7-8) pelos corredores cinzentos e com nevoeiro, “pelo sim, pelo não, o melhor é tomar a precaução de ter sempre por perto uma saída acessível, completamente desimpedida, pela qual possa escapar [...]”. E como segue dizendo, “é sempre com certo alvoroço que me aproximo da saída” (Ibidem., p.17). Uma opção pela diferença nela mesma, na possibilidade de infinitos modos de estar no mundo. Infinitos modos de lidações para os acontecimentos.

Viver práticas pedagógicas escolares, entre pessoas envolvidas em desentendimentos, sem termos que assumir identidades definidoras. Esta prática é parte do jogo de escape das forças que afirmam a vida pela diferença. Conversação no fortalecimento das diferenças pela diferença ao invés da confissão. Talvez, problematizar em nós mesmos, educadores, os lugares que ocupamos na Toca-escolar. Ainda, criarmos espaços de saídas para não cairmos, em todos os instantes, em julgamentos moralizadores rasos, em discursos disponíveis já maquinados para o encaixe em manuais disciplinadores, os quais corroboram com os poderes instituídos para produzir a violência negativa.

Não existe um ideal nas relações humanas! O que existe são as pessoas vivendo situações, intensidades, forças, ideias. Por isso a ética é uma questão de corpo-vida, como nos traz Onfray (2009) e não uma moral superior, totalizada fora do tempo e do espaço. Uma aposta em um jogo imanente, tal como um contrato com o real e não a submissão a um céu. A imanência trata de uma ética modesta, onde as pessoas são capazes de produzir efeitos na sua própria vida. Nesse sentido, os contratos que se fazem entre as pessoas e a vida estão nos exercícios que ponham em constante experimentação a prática das intensidades sensíveis do possível.

E uma ética não existe sem a relação com o outro. E essa relação com o outro pode ser da ordem do interessar pela delicadeza do cuidado. Viver a ética que passa, em dados instantes, por situações de distância e afastamento, quando o desejo não é o da convivência. Políticas mínimas, alianças provisórias, resistências locais. Construção de contratos, relações entre encontros, condições de possibilidades. O encontro não pode ser um castigo, mas uma opção sempre em aberto.

Talvez experimentarmos na Toca-escolar, tão burocratizada, calculada, digitalizada, administrada, binarizada, esquadrinhada, com seus guias, manuais, livros de ocorrências e tudo mais como um espaço de vida, um espaço do corpo, de relações mais alegres em escapes inventados. Trata-se de um tipo de deslocamento ínfimo, para um ater-se ao cuidado de si, sobre o qual Foucault (2007) escreveu.

Para quem busca operar com uma ética do escape, que rompe com as explicações fáceis e rasas do funcionamento do humano, numa lógica total gerenciada pelos especialistas da alma, talvez busque outras relações que não sejam da ordem do apequenamento, mas da potencialização da diferença, da vida.

As escolhas curriculares e seus contratos de responsabilizações se dão a partir de muitos mundos. Falamos dos muitos mundos que o autor Kafka escreveu e que nos aciona um tipo de vitalismo que denominamos de escape. Escapamos, temporariamente com Kafka, das totalidades, das certezas educativas, da transcendência, dos lugares binários, das promessas de salvação, da metafísica, do ideal ascético, do disciplinamento, das identidades e verdades já disponíveis de antemão que marcam os encontros em pactos binários, em consciências jurídicas¹³. Ainda com Kafka, apostamos em esculpir a nós mesmos com a ética do escape. A partir da Toca, quem sabe, também experimentamos viver encontros inusitados, esculpindo-nos eticamente, escapando temporariamente das estreitezas em uma convocação à vida.

Galeria IV: A arte do silêncio

Falemos do não lugar da galeria inclusiva. Galeria sem expectativa. Silêncio de galerias. Silencioso furungador, Kafka, um artista do silêncio. São múltiplos os escapes curriculares diante da inclusão. A inclusão nunca é muda nem cega. Ela acopla-se com os discursos da justiça restaurativa; do círculo restaurativo; do ofensor; da listagem de valores

¹³ Para Larrosa (2000, p. 73) o processo do sujeito se narra num “domínio moral, a consciência se faz jurídica. O ver-se, o expressar-se e o narrar-se no domínio moral se constituem como atos jurídicos da consciência. Isto é, atos nos quais a relação da pessoa consigo mesma tem a forma geral do julgar-se”.

universais, na qual as falas deverão ser encaixadas; dos acordos verificáveis e calculáveis; dos manuais de toda ordem. Nas galerias curriculistas ouvir os ruídos, então, faz-se uma necessidade de parada para o silêncio.

Exercitemos a arte do silêncio nietzscheano. A arte do silêncio não tem nada a ver com fazer silenciar. O que há é um constante processo de captura do atual. Intensidade de uma vitalidade quase frágil. Força frágil do silêncio. Ele parece afectar as teorias pedagógicas jurídicas. Afecção inquietante. Vê-se piruetas nos cantos das galerias. Só movimento. Composição de trança que não trama. A déspota da inclusão: sem opinião.

O silêncio é superfície, nada de profundidade. Apenas corpo sem falação. Fluxo pedagógico é um tipo de silêncio sem representação. O silêncio dilui identidades. Ouvindo o silêncio das galerias, se ouve de tudo. Arte polifônica do silêncio. Uma ética de existir no silêncio. Prática de silêncio diante da vida. Ego de professor diante das silenciosas galerias. Uma meditação de galeria que não tem endereçamento.

Silenciosas galerias. Vê a dureza do portal da Toca-escolar. Sem romantismo na diferença. O corpo dói, os olhos ardem e a boca cheira quase sem som. Depois da tormenta do círculo restaurativo e seus juízes morais, vem a avaliação no portal da Toca. Vários desertos que nascem escapando como um artista do silêncio. Um artista que ouve o silêncio. Um coletivo que vive tensão da diferença.

REFERÊNCIAS

BRANCHER, Leoberto. *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas – Iniciação em Justiça Restaurativa*. Porto Alegre, s/d.

BARTER, Dominic. Comunicação Não-Violenta: uma base ética para práticas restaurativas. IN: *Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas*. Material de Apoio – Curso de Formação em Práticas Restaurativas. Disponível no site www.mj.gov.br. Acesso em 2008.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. de Péter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As técnicas de si*. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento e Karla Neves a partir de Michel Foucault. Dits et Écrits. Paris: Gallimard. Vol. IV, p. 783-813, 1994.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. 25º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Sobre a História da Sexualidade. IN: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10º ed. Trad. de por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *História da Sexualidade, 3: O Cuidado de Si*. 9º ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. *Segurança, Território e População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

KAFKA, Franz. *Na Colônia Penal*. Trad. de Modesto Carone. 4º ed. São Paulo: Editora Brasileira 1993.

_____. *A Toca*. Trad. de Francisco Agarez. Lisboa: LxXL Edições, 2009.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ONFRAY, Michel. *A potência de existir: manifesto hedonista*. Trad. de José Luiz Pérez. Lisboa: Campo da Educação, 2009.

SCHULER, Betina. *Veredito: escola, inclusão, Justiça Restaurativa e experiência de si*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009.